

A PESQUISA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: desafios do programa de desenvolvimento educacional do Paraná

Maria Iolanda Fontana¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a formação continuada, dos profissionais da educação básica do Estado do Paraná, no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), instituído como uma política de Estado. O PDE concebe no processo formativo, a “pesquisa e a produção do conhecimento” dos professores em articulação com os pesquisadores das universidades, superando modelos formativos tradicionais. Defende-se políticas públicas de pesquisa para a formação e trabalho dos profissionais da educação básica, como atividade necessária a produção do conhecimento pedagógico e exercício profissional crítico. A análise qualitativa expõe os avanços, contradições e desafios que apresenta o PDE para a materialização da pesquisa na escola. Ressalta-se que a pesquisa precisa ser pensada como uma política de formação e trabalho instituída e amparada no plano de carreira, com condições estruturais para ser desenvolvida.

Palavras-chave: Formação continuada de professores. Política de pesquisa. Programa de desenvolvimento educacional.

RESEARCH IN CONTINUED TEACHER TRAINING: challenges of Paraná educational development program

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the continuing education of basic education professionals of the State of Paraná, in the Educational Development Program (PDE), instituted as a state policy. The PDE conceives in the formative process, the "research and the production of knowledge" of these teachers articulated with the university researchers works, surpassing traditional training models. Public research policies are defended for the training and work of basic education professionals, as a necessary activity to produce pedagogical knowledge and critical professional practice. The qualitative analysis exposes the advances, contradictions and challenges presented by the PDE for the materialization of the research in the school. It should be emphasized that the research needs to be thought of as a training policy and work instituted and supported in the career plan, with the structural conditions to be developed.

Keywords: Continuing teacher training. Research policy. Educational development program.

INTRODUÇÃO

¹ Professora adjunta no Programa de Pós-graduação e Educação da Universidade de Tuiuti do Paraná.

No contexto das políticas públicas para a formação continuada de profissionais da educação básica adotadas pelos sistemas de ensino no Brasil, o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, da Secretaria do Estado da Educação do Paraná – SEED/Pr - apresenta características que o diferencia da maioria dos modelos adotados no país. O caráter inovador do programa se deve principalmente ao investimento que faz na formação em nível de pós-graduação para professores em estágio avançado na carreira, com o objetivo de instrumentalizá-los para as mudanças das práticas pedagógicas e a melhoria dos indicadores das escolas. Esta proposta de formação continuada supera os modelos tradicionais, caracterizados pela oferta de palestras e cursos concebidos homogeneamente, com o objetivo de aplicação ou reprodução do conhecimento pelo professor na prática de sala de aula.

No estado da arte sobre políticas de formação docente, elaborado por Gatti, Barreto e André (2011, p. 261), o PDE do Paraná é destacado como um dos raros programas do país a investir na formação pós-graduada de professores mais experientes para gerar informações e tutorear os professores do sistema estadual de ensino. Chama a atenção neste levantamento que nenhuma das propostas, desenvolvidas por outros cinco Sistemas de Ensino, considerados como inovadoras, incluem a “pesquisa” como princípio, ou estratégia metodológica da formação de professores, considerando que educadores brasileiros e internacionais², desde os anos 90, defendem esta atividade na formação e prática docente.

No processo de formação do PDE, que tem a duração de dois anos, está prevista a relação com a universidade, o estudo de metodologia científica, a elaboração de projeto sobre uma problemática da realidade escolar e a produção de artigo, ou elaboração de material didático e tutoria aos professores das escolas por meio de Grupos de trabalho. No entanto, o documento que fundamenta o PDE (2007), embora indique como pressupostos a relação teoria e prática e a produção do conhecimento, também não faz referência à pesquisa como meio e/ou finalidade da formação continuada em nível de pós-graduação, que oferece aos professores do Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

²André (2008, p.56) esclarece que o movimento que valoriza a pesquisa na formação do professor caminhou em múltiplas direções e destaca os seguintes autores nacionais: Ludke (1993), André (1994), Demo (1994), Passos (1997), Geraldi, Fiorentini e Pereira (1998), Garrido (2000) e os autores internacionais: Zeichener (1993), Stenhouse (1984), Elliott (1996), Carr e Kemmis (1988).

Nesse sentido, problematiza-se a não explicitação da pesquisa em processos de formação continuada e a falta de políticas públicas para a materialidade desta atividade na escola, considerando que existe uma considerável literatura nacional e internacional que defende, há mais de duas décadas, a eficiência dessa proposta para a formação e prática docente. Como explica André, embora estes autores valorizem pontos diferentes, as propostas têm raízes comuns,

pois todas elas valorizam a articulação entre teoria e prática na formação docente, reconhecem a importância dos saberes da experiência e da reflexão crítica na melhoria da prática, atribuem ao professor um papel ativo no próprio desenvolvimento profissional, e defendem espaços coletivos na escola para desenvolver comunidades reflexivas (ANDRÉ, 2008, p. 57).

Entende-se que no processo de ensino e de produção do conhecimento, a pesquisa é seu elemento fundante. Conforme afirma Ferreira (2007, p. 23) “a pesquisa é fundamento e mediação do ensino e de toda a atividade que produz ou transmite conhecimento em todas as suas mais diversificadas formas e modalidades, sem a qual estas não passariam de meras atividades obscuras sem sentido e significado para o ser humano que é pensante e possui consciência”.

A partir destes argumentos pretende-se analisar a contribuição que o PDE pode trazer para enfatizar a ciência e a pesquisa na profissionalidade dos professores da educação básica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em documentos oficiais que orientam as políticas para a formação continuada de professores, e os que regulamentam o PDE como uma política de Estado, desde o ano de 2004. A pesquisa empírica resulta dos dados das entrevistas realizadas com um profissional da coordenação do Programa e treze professores que realizaram o PDE, também, dos dados dos questionários aplicados a quatorze representantes dos Núcleos Regionais de Educação (NRE/PR), no período de 2013 a 2017. Com base nos dados empíricos coletados e analisados a luz das políticas de formação de professores e da teoria sobre a pesquisa na profissionalidade docente, explicitam-se, neste trabalho, as contradições, contribuições e desafios do PDE para a formação do professor pesquisador e realização da pesquisa na escola.

A PESQUISA NA FORMAÇÃO CONTINUADA E NO TRABALHO DO PROFESSOR

A pesquisa realizada pelo docente da educação básica é entendida como atividade constituinte de sua identidade e profissionalidade, ou seja, como competência necessária a produção do conhecimento pedagógico e exercício profissional crítico e emancipador. A pesquisa é conhecimento e está imediatamente voltada para a obtenção, no pensamento, do novo resultado não só para o professor que pesquisa, mas para a educação em geral. A pesquisa fundamentada no pensamento crítico é trabalho teórico-prático, então, é práxis e seu produto é o conhecimento transformador, que modifica o existente em um processo histórico contínuo.

Esclarece Vieira Pinto (1979, p. 282) que “o trabalho científico, como trabalho social, serve sempre a um fim socialmente proposto”. Como o trabalho científico não está desvinculado dos fins, a atividade da criação científica, ou da pesquisa, assume um teor ético, que está relacionado à contribuição que traz a realização da essência humana, ao bem estar social. “Todo o esforço da epistemologia crítica deverá concentrar-se na preparação do pesquisador para que, cada vez mais lucidamente, compreenda o significado das finalidades da ação humana, e particularmente na execução do trabalho científico” (VIEIRA-PINTO, 1979, p. 282-283).

Assim, a preparação do professor pela e para pesquisa não pode ser concebida de modo acrítico e a-histórico, isto é, indiferente aos fins que se deseja atingir, e aos efeitos concretos na prática educativa. A formação para a pesquisa não é neutra, é ideológica, ela pode estar a serviço do praticismo, do utilitarismo imediato e da manutenção do *status quo* hegemônico, ou pode servir ao questionamento e resolver processos de exclusão na educação, determinados pela sociedade que se conforma dividida. Esta última finalidade deveria ser o processo desejável em um Programa que pretende formar professores, por meio da pesquisa, para a produção do conhecimento.

Entende-se que esta possibilidade não está descartada no PDE, considerando que a concepção de conhecimento descrita nos fundamentos político-pedagógicos do Programa norteia-se pelo princípio ontológico do trabalho, e explicita a preocupação com a análise da realidade dessa categoria na sociedade capitalista e nas escolas. O Programa respalda-se em alguns elementos considerados fundamentais no processo de formação continuada de professores, entre os quais o exame das contradições dos sistemas político, econômico, social, cultural e educacional, frente ao desenvolvimento das forças produtivas. Também orienta

“acautelar-se com a racionalidade técnica (a técnica pela técnica ou pela simples compulsão da produção do novo), na direção da crítica às propostas pós-modernas de educação, pautadas por concepções pragmatistas e utilitaristas do conhecimento” (PARANÁ, 2014, p. 5).

Para atender esta expectativa de formação, o PDE oferece o tempo para estudo, nas IES parceiras, sobre as distintas correntes pedagógicas, em suas diversas formas de pensar o conhecimento e a aprendizagem, em suas diferentes ênfases sobre o sujeito ou sobre o objeto, ou sobre a relação entre os componentes educativos; ou, ainda, sobre o relativismo da ciência sugerido pela nova perspectiva do neopragmatismo. O objetivo é

[...] ofertar ao Professor PDE, através do retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial, condições de atualização e aprofundamento de seus conhecimentos teórico-práticos, permitindo a reflexão teórica sobre a prática para possibilitar mudanças na escola. (PARANÁ, 2014, p. 4-5).

Entende-se que, com posse destes estudos, o professor elevará sua consciência crítica diante das contradições presentes na realidade socioeducacional e, conseqüentemente, poderá se apropriar do instrumental científico para produzir conhecimento voltado a reivindicar e realizar processos de aprendizagem emancipatórios. A emancipação do professor e dos estudantes se dará pela apropriação dos conhecimentos científicos, que estão objetivados nos meios de produção na sociedade capitalista, sendo então a socialização do conhecimento o componente imprescindível ao trabalho do professor, que se qualifica pela articulação entre o ensino e a pesquisa.

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE): estrutura e proposta pedagógica

O PDE tem como base o movimento contínuo de aperfeiçoamento de formação dos professores no espaço escolar, fortalecendo a articulação entre a Educação Básica e o Ensino Superior. A criação do programa, no ano de 2004, ocorreu no processo de elaboração do Plano de Carreira do Magistério, a partir da concordância entre os gestores da Secretaria do Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) e os representantes do Sindicato dos Professores Estaduais do Paraná. O PDE foi regulamentado pela Lei nº130/2010, tornando-se uma política de Estado para a formação continuada dos professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná. Foi implantado pela SEED/PR a partir do ano de 2007, em cooperação com as

Universidades Públicas Estaduais e Federais do Paraná e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Conforme expressa o documento síntese PDE (2007, p.5) a formação continuada no âmbito desse programa provoca efeitos tanto na Educação Básica como no Ensino Superior, no sentido do redimensionamento das práticas educativas, da reflexão sobre os currículos das Licenciaturas e sua avaliação.

Para efetivação dos pressupostos pedagógicos, o PDE estrutura o desenvolvimento da formação em três eixos de atividades que o professor deve realizar, no período de dois anos, os quais contemplam: 1) atividades de integração teórico-práticas; 2) atividades de aprofundamento teórico; 3) atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico (PARANÁ, 2014, p. 6).

A Lei 130/2010, no Art. 4º, expressa que todas as atividades, estudos e produções do PDE darão prioridade à superação das dificuldades com que se defronta a educação básica das escolas públicas paranaenses. No mesmo artigo, no parágrafo 1º, indica as áreas de estudos do PDE, as quais correspondem às áreas tradicionais do Currículo da Educação Básica, e das áreas de Gestão Escolar, Pedagogia, Educação Especial e Educação Profissional. Os projetos de intervenção devem ser implementados preferencialmente na escola de lotação do professor participante do Programa. Conforme expressa o documento síntese:

a proposta de formação continuada visa ofertar ao professor PDE, através do retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial, condições de atualização e aprofundamento de seus conhecimentos teórico-práticos, permitindo a reflexão teórica sobre a prática para possibilitar mudanças na escola. (PARANÁ, 2007, p. 5).

O afastamento do professor para as atividades do PDE está indicado no Art. 8º da Lei 130/2010, que define que isso se dará de acordo com sua jornada de trabalho a cada ano, sendo 100% de sua carga horária no primeiro ano, e de 25% no segundo ano, para dedicar-se exclusivamente às atividades previstas pelo Programa, sem prejuízo financeiro, nos termos da legislação. A progressão dos professores ocorrerá por meio do desenvolvimento de atividades de docência, ou seja, atividades formativas desenvolvidas pelo professor em palestra, oficinas e outras atividades similares que contribuam para a formação continuada dos professores da Rede Pública Estadual. (PARANÁ, 2010).

A Relação Ensino e Pesquisa na Formação e Trabalho do Professor: as Contradições, Contribuições e Desafios do PDE

Apresenta-se de modo inter-relacionado, as respostas dos sujeitos participantes da pesquisa, isto é, um profissional da coordenação geral do PDE, dos 14 representantes dos NRE/PR responsáveis pelo acompanhamento dos professores PDE em seus municípios, e dos 13 professores PDE que atuam em escolas públicas da rede estadual de ensino do Paraná. Os professores foram selecionados a partir da indicação dos representantes dos NREs, como profissionais que realizaram pesquisa na escola, após o término do PDE. Foram entrevistados 4 professores, uma pedagoga e a diretora que atuam em escola de ensino fundamental, no município de Condói, a diretora, 2 pedagogas e 4 professores que atuam em uma escola de nível fundamental e médio, no município de Guarapuava.

Com o objetivo de apresentar a análise dos dados sobre a relação entre a pesquisa e o processo de produção do conhecimento sobre e para o ensino pelos profissionais da educação que realizaram PDE, no período do ano de 2012 a 2013 responde-se aos questionamentos: 1) O PDE preparou o professor para o desenvolvimento da pesquisa na escola? 2) Os professores, após a conclusão do PDE, continuaram pesquisando na escola? 3) Quais as contribuições, as dificuldades e os desafios que apresenta o PDE para a materialização da pesquisa na escola de educação básica?

Sobre a preparação para a pesquisa no PDE, todos os representantes dos NREs responderam afirmativamente, assim como os professores, diretoras e pedagogas. Na visão do coordenador geral do PDE, a pesquisa na formação continuada do professor se constitui em pano de fundo. Argumenta que o PDE oferece condições para o estudo e a pesquisa e, quando o professor retorna à escola, os demais professores aprendem com ele.

A pesquisa no PDE é pano de fundo. No 1º ano o professor tem o afastamento da escola para poder estudar e para que possa fazer a sua pesquisa que parte de problemas na escola. A escola deve se posicionar sobre o projeto que estará sendo desenvolvido. O PDE permite que o professor faça pesquisa, estude. No 2º ano vai para a escola com a teoria e no processo de intervenção irá avaliar e pensar como intervir. Como a escola vê o professor na escola, estudando e pesquisando, a escola aprende com ele. Os professores do PDE têm de olhar o coletivo da escola (Coordenador, 2012).

Os elementos conceituais metodológicos da pesquisa para a realização do projeto a ser desenvolvido na escola, onde atua o professor, são abordados quando ele realiza atividades de aprofundamento teórico, nas universidades parceiras e na SEED/PR. Nesta etapa da formação, o professor estuda os Fundamentos da Educação, Metodologias de Ensino, Produção Didático-pedagógica e conteúdos das disciplinas específicas que compõem o currículo. Todos os representantes dos NREs concordaram que no PDE, os professores desenvolveram pesquisa sobre os problemas que enfrentaram na sua prática pedagógica, valorizaram o retornar aos estudos para (re)visão de conceitos e da própria prática.

Acredito que o PDE prepara o professor para a pesquisa, pois amplia sua percepção da realidade da escola. O Programa não traz receitas e soluções mágicas para nenhum problema, mas mexe com as estruturas muitas vezes solidificadas de visão dos problemas, levando o professor a rever conceitos, a repensar a própria prática, a buscar caminhos para a solução de problemas enfrentados no cotidiano escolar (Representante NRE 13UN, 2013).

No período em que se encontra afastado em 100% de suas atividades escolares para participar do Programa, o professor tem uma carga horária intensiva de cursos na IES, com vistas a prepará-lo com embasamento teórico para realizar pesquisa (Representante NRE 3DV, 2013).

A proposta do PDE considera a escola e a relação entre a teoria e a prática como elementos centrais da formação dos professores. É na escola que o professor irá localizar a problemática para construção do projeto de pesquisa e planejar a intervenção. Entende-se que esta proposição para a formação do professor no PDE pode favorecer a intervenção na dimensão da práxis, considerando a formação de base crítica que receberá nas atividades de aprofundamento teórico, como está explicitada na proposta político pedagógica do PDE.

No entanto, a pesquisa realizada pelos professores em seu trabalho sobre a prática pedagógica é concebida como distinta da pesquisa realizada na universidade, sendo as características que as diferenciam: o tempo para elaboração, o rigor metodológico, o tema de pesquisa, etc. Ludke (2001a, p. 91) explica que, no Brasil, como internacionalmente, cresce a preocupação com a identificação da pesquisa do professor como a produção de um conhecimento prático, de segunda categoria, sem o rigor exigido das pesquisas na universidade.

Esta distinção, segundo os autores Ludke (2001a, 2005), André (2008), Santos (2008), Diniz-Pereira e Lacerda (2009), entre outros, requer ampliar o debate acerca da legitimidade e estatuto da pesquisa realizada pelo professor no seu trabalho. Os autores consideram importante estabelecer critérios que sejam compatíveis com os dois tipos de pesquisa, sem marginalizar novas epistemologias, mas ao contrário, fortalecer áreas comuns e possibilidades de colaboração entre as duas culturas, a da escola e da universidade.

Esta distinção entre a pesquisa do professor sobre a prática pedagógica e a acadêmica é constatada nas opiniões dos participantes, que expressam com diferentes ênfases e justificativas:

A questão é qual pesquisa se pretende na escola? A pesquisa tem rigor metodológico e teórico. É o debruçar do indivíduo por questões teóricas sobre uma realidade imediata, a busca de confirmação de hipóteses, não há neutralidade. É olhar com lente teórica o recorte que o pensamento faz desvelar a realidade que se apresenta com rigor teórico e metodológico. Não é fazer consulta (Coordenador, 2012).

É diferente que a acadêmica, a pesquisa eu que fiz foi mais científica, porque você consegue mergulhar mais... Quando a gente faz na escola a gente faz uma transposição daquela pesquisa, porque é mais dinâmica a nossa lida aqui na escola (Professora C, 2013).

Eu acredito que há uma diferença sim, entre pesquisa acadêmica e pesquisa na educação básica, porque a pesquisa acadêmica pode ou não ser voltada para a educação básica, então eu acredito que uma pesquisa na educação básica seria uma pesquisa pra você aplicar em sala de aula pra melhores conhecimentos lá na escola (Professor J, 2013).

Conforme esclarece Diniz-Pereira e Lacerda (2009, p. 1329), a prática pedagógica na escola como *locus* de pesquisa e de produção de conhecimentos não pretende concorrer com a hegemonia da produção do conhecimento acadêmico e sim à sua legitimidade. Significa que possuem estatutos epistemológicos diferentes, mas não são excludentes como pesquisa. O conhecimento produzido pelo professor não se constitui como uma teoria explicativa de algum fenômeno, mas como conhecimento teórico produzido na prática, e a ela retorna num movimento dialético entre a teoria e prática, isto é, de práxis.

A pesquisa que se defende está em consonância com a concepção sócio-histórica de educador, delineada pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE (2004). Será um pesquisador formado como qualquer pesquisador, rigidamente, nos fundamentos teórico-metodológicos da investigação científica. Isso significa que o

professor pesquisador, não vai apenas consultar referencial para atualizar o ensino, mas necessita a partir de uma sólida formação teórica e metodológica, pensar os problemas da prática pedagógica e da educação no seu sentido mais amplo, com o objetivo de planejar projetos de intervenção transformadores. Por meio da pesquisa na dimensão da práxis humana, os profissionais da escola podem captar os problemas vividos em sua totalidade de determinações e refleti-los dialeticamente para a sua transformação.

Não se desvaloriza a pesquisa da própria prática, mas é necessário ampliar a condição científico-intelectual do professor para que possa produzir e enriquecer o conhecimento pedagógico e educacional mais amplo. No entanto, verifica-se que esta compreensão de formação para a pesquisa não está contemplada nas políticas públicas de formação inicial e continuada, como também não é consenso a sua defesa entre os profissionais da educação básica.

Adjetivar o professor de pesquisador pode incorrer num afrouxamento da pesquisa. Deixa-se de ter o rigor em que o objeto passa a ser investigado. É importante que o professor faça pesquisa, mas há questões metodológicas, de tempo... Fazer pesquisa é trabalhoso, toma tempo e o professor não tem esse tempo para se dedicar na escola. Há de se pensar que pesquisa é esta. Isso não afasta o professor de fazer a atividade de cunho mais investigativo, postura de questionamento, isso ultrapassa a acomodação (Coordenador, 2012).

A pesquisa na formação e no trabalho docente precisa ser discutida com os professores e nas escolas. Os estudos que tratam da pesquisa na formação de professores têm se limitado a defender esta atividade na prática docente e regular sua natureza por meio de metodologias que não dialogam com as da escola, sem, de fato, discutir o que seria o essencial, isto é, como esta atividade pode se materializar no trabalho dos profissionais da educação, considerando as limitações históricas de trabalho nas escolas públicas.

A maioria dos participantes respondeu negativamente quando foram questionados sobre a realização de pesquisa na escola após o término do PDE; a justificativa comum foi a falta de tempo para criar projetos de pesquisa e aplicá-los na sala de aula. Alguns indicaram que realizaram investigações informais, como consultas a materiais, com o objetivo de aplicar nas aulas.

O PDE pode encaminhar para a pesquisa em stricto sensu como também para a atividade de pesquisa na escola. O professor pode utilizar o tempo permanência para o

desenvolvimento da atitude investigativa, para a pesquisa haveria necessidade de maior tempo (Coordenador, 2013).

Fazer uma pesquisa, em nível de escrever um artigo alguma coisa, assim não, apenas uma pesquisa curta sobre um determinado tema alguma coisa. Eu sempre às vezes pesquiso, procurando em revista, na internet ou em livros mesmo, ou às vezes aquele trabalho em rede que o GTR que também oportuniza você de fazer, eu sempre procuro fazer o GTR, às vezes eles fazem que você busque alguma coisa (Professor J, 2013).

O PDE nos possibilita a fazer pesquisas informais para o dia a dia, não uma pesquisa que seja orientada que seja organizada e fique relatada (Professora L, 2013).

A pesquisa precisa ser incluída em uma política de Estado que seja efetivada por meio de um plano de cargos, carreira e salários, com destinação de carga horária para a realização desta atividade no trabalho dos profissionais da educação. A análise do PDE como proposta de formação continuada em pesquisa comprova que os professores conseguem realizar a atividade enquanto vinculados ao programa e, por conseguinte, ter o tempo e orientação para a sua realização.

Entretanto, as condições de trabalho do professor na escola não permitem que ele continue desenvolvendo pesquisas. Por isso, é contraditório reivindicar a pesquisa na formação e no trabalho do professor sem que ele tenha as condições para realizá-la. Então, propor que o professor se torne pesquisador na escola, “sem oferecer condições ambientais, materiais, institucionais implica de um lado, subestimar o peso das demandas do trabalho docente cotidiano e, por outro, os requisitos para um trabalho científico de qualidade.” (ANDRÉ, 2008, p. 60). Para que o professor realize pesquisa, segundo a autora, é necessário considerar as exigências mínimas para sua efetivação:

É preciso que haja uma disposição pessoal do professor para investigar, um desejo de questionar; é preciso que ele tenha formação adequada para formular problemas, selecionar métodos e instrumentos de observação e análise; que atue em um ambiente institucional favorável à constituição de grupos de estudo, que tenha oportunidade de receber assessoria técnico-pedagógica; que tenha tempo e disponha de espaço para fazer pesquisa; que tenha acesso a materiais; fontes de consulta e bibliografia especializada (ANDRÉ, 2008, p. 60).

Os participantes manifestaram as dificuldades relativas às condições de trabalho e sugeriram como alternativa prever tempo e espaço para a realização de pesquisa na escola, continuar o vínculo com as IES parceiras e com os orientadores. Entende-se que seria

necessário instituir um relacionamento de cooperação técnico-científica entre os professores PDE, com os programas de pós-graduação das universidades, seus núcleos e grupos de pesquisa, visando à continuidade da pesquisa e valorização como atividade de formação, contemplada no plano de carreira.

Outra possibilidade para a formação e o desenvolvimento da pesquisa nas escolas é a pesquisa-ação ou investigação-ação na perspectiva crítica e/ou colaborativa, em parceria com a universidade. A pesquisa envolveria professores pesquisadores da escola básica com os pesquisadores da universidade, na condição de coletivo de produtores de conhecimento para a resolução de problemas da realidade escolar.

Esta condição dos professores fazerem pesquisa, o PDE deu passos significativos para o professor resolver problemas na escola. Os profissionais da escola precisam se convencer da importância do projeto na escola. É preciso o rompimento com a cultura escolar, não é fácil romper com a fragmentação e o isolamento, com a preocupação com as questões específicas do trabalho (Coordenador, 2013).

Eu acredito que é importante que todos façam pesquisas, embora às vezes as condições de trabalho não favorecem muito, porque você tem as suas atividades, e às vezes você desenvolver a tua pesquisa se torne mais complicado. Eu acho que teria que ter uma interação com a escola e com a Universidade. Porque até tem ideias e poderia desenvolver uma pesquisa, mas você enfrenta dificuldades no aspecto, por exemplo, quem eu vou consultar pra me orientar pra esse trabalho? (Professora K, 2013).

Segundo a opinião dos participantes da pesquisa, o PDE apresenta alguns pontos positivos e outros a serem aperfeiçoados. A oportunidade de retornar aos estudos na universidade foi bastante destacada entre os participantes, os quais expressaram que a condição de realizar uma pesquisa e conseguir resolver problemas da prática pedagógica eleva a autoestima do professor e reflete em um ensino melhor. Também destacaram como contribuição o acesso ao estudo da concepção filosófica do materialismo histórico.

Voltar estudar, nossa, foi muito bom, porque assim eu como professora de Ciências e Matemática, não tinha tanta fundamentação teórica dentro da educação, voltada mesmo pra pedagogia materialista, histórico-critica, pra gente trabalhar mesmo essa parte mais voltada pra formação, mais marxista mesmo, que não é a neoliberal (Professora C, 2013).

Ajuda porque quem vai pro PDE é o professor que chega no final da carreira, nível dois, esse professor já está acomodado, ele já está praticamente sem vontade, porque está muito tempo amarrado na escola... Então, o PDE chega nesse momento que ele tira o

professor da escola, ele força o professor a pesquisa, porque mesmo que ele não queira vai ter que pesquisar porque são muitos os conteúdos, ele tem que dar uma racionalizada nos conteúdos, pesquisar novos, fazer um plano de ação na pesquisa, e ele vem renovado pra escola, quando ele volta pra escola a ótica dele é diferente, ele chega na escola ele pode possibilitar o aluno a crescer... Porque ele teve que fazer coisas que ele não fazia na sala de aula. (Professor M, 2013).

Eu achei uma metodologia do PDE fantástica, mesmo porque o professor precisa muito ter esse espaço, pra que ele tenha noção que ele pode também produzir conhecimento, pra autoestima do professor... Porque a gente fica só na fazeção aqui, vem à política e aplica, e quando ele passa a ver o problema e ver que ele pode resolver aquele problema, pra autoestima e pra melhorar o seu trabalho eu vejo assim que é 200%. (Professora C, 2013).

O professor, ao compreender a atitude filosófica e investigativa em seus fundamentos, adquire maiores condições de intervir na realidade socioeducacional. O domínio da teoria da educação e da Pedagogia para uma verdadeira atividade de práxis é fundamental, pois “a transformação prática do mundo é tributária, por sua vez, de certos elementos teóricos. A unidade da teoria e da prática pressupõe, portanto, sua mútua dependência” (VÁZQUEZ, 2007, p.261).

A prática docente exige uma consciência que lhe oriente a uma constante passagem do plano teórico ao prático e vice-versa, para realização de uma práxis transformadora. A realidade educacional, a sala de aula, o ensino, as aprendizagens constituem o ponto de partida e ponto de chegada do trabalho docente, por isso, a consciência teórica não pode retirar-se no processo prático pedagógico, mas tem de estar alerta às exigências imprevistas, contraditórias e ideológicas no processo objetivo de sua realização. Portanto, é imprescindível o componente teórico na ação dos profissionais da educação, principalmente os de natureza científico-filosófica crítica, que favoreça a visão de conjunto da realidade histórica e social e o desvelamento das contradições e ideologias da sociedade capitalista. Esta condição pode engendrar a produção de novos conhecimentos em favor de uma pedagogia competente na instrumentalização cultural dos estudantes das escolas públicas. Nesta perspectiva, reitera-se a contribuição do materialismo histórico dialético manifesto na pedagogia histórico-crítica para a pesquisa do professor da educação básica.

Enfim, todos os representantes dos NREs e o coordenador consideraram que o PDE desenvolveu em alguns professores o desejo de continuar a pesquisar em nível de pós-graduação. Essa realidade demanda uma política salarial e de carreira que incentive os

profissionais a permanecerem na rede estadual de ensino. O novo perfil de professores pós-graduados em nível *stricto sensu* pode favorecer o desenvolvimento de projetos de pesquisa nas escolas, mas será necessário prover condições objetivas para que se materialize, como previsão de carga horária, recursos e incentivo na carreira para o envolvimento de um coletivo de profissionais interessados em estudar e pesquisar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimação do governo federal (PEC 241/2017) para o congelamento orçamentário às áreas da saúde, educação, assistência social e previdência, repercute nos âmbitos dos estados e municípios, acarretando a descontinuidade de políticas públicas. No caso do Paraná, desde a mudança de governo, no ano de 2015, foram realizados cortes no financiamento do PDE, repercutindo no atraso na divulgação dos editais para a liberação e aprovação dos professores no Programa. Neste ano de 2018, ainda não foi divulgado o edital do PDE, são 23 mil professores que estão no final do nível II (classe 11), que não conseguem avançar na carreira e tem seus salários estagnados. O governo justifica que a liberação para realização de novas turmas depende da análise da Comissão de Política Salarial (CPS) e do Tribunal de Contas do Estado, que irá avaliar os benefícios efetivos do programa. Nota-se a política de orientação neoliberal que conjuga avaliação de resultados com financiamento.

Neste contexto, destaca-se a relevância e desafios do PDE, ao apresentar dados, que segundo professores representantes de núcleos e coordenação do programa, qualificam o programa e apresentam indicativos importantes para promover a materialidade da pesquisa na formação e trabalho dos profissionais da educação do Estado do Paraná. Embora, os documentos oficiais que normatizam e definem a proposta pedagógica do PDE não mencionem a formação científica do professor para a pesquisa em educação.

A pesquisa precisa ser pensada como uma política de formação e trabalho instituída e amparada no plano de carreira dos profissionais da educação básica, com condições estruturais de ser desenvolvida. Este propósito pode se efetivar, desde que sejam cumpridas as metas previstas no PNE, como visto anteriormente; há previsão de garantir a jornada de 40 horas de trabalho em uma mesma escola e com 2/3 desta carga horária total para planejamento, estudo e pesquisa, como também ampliar o número de profissionais com

formação em *stricto sensu* nas escolas, o que favorecerá o interesse e as condições instrumentais para o desenvolvimento de pesquisas na escola.

Entende-se a necessidade de construir um modelo de estrutura organizacional para a formação continuada e prática da pesquisa na escola de educação básica, envolvendo o coletivo de professores da escola, em parceria com os grupos de pesquisa dos programas de pós-graduação das universidades e pesquisadores dos sistemas de ensino. Essa estrutura demandaria um setor de pesquisa educacional responsável por articular a universidade, o sistema de ensino e a escola na produção e socialização do conhecimento.

A ideia é qualificar os processos de formação continuada dos profissionais da educação promovidos pelos sistemas de ensino, superando o caráter técnico-profissionalizante, para dar impulso à formação na perspectiva da ciência pedagógica. O objetivo é garantir a preparação do professor fundamentada no campo teórico e epistemológico da educação e da Pedagogia crítica, articulando os sistemas de ensino a universidade e as escolas públicas de educação básica na pesquisa de questões educacionais que impedem a real democratização do conhecimento na escola pública. Acredita-se, que dessa forma pode-se viabilizar a pesquisa na prática de docentes da educação básica e fortalecer a construção da identidade do professor como intelectual e pesquisador da educação, atributos ainda reservados àqueles que atuam no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. (Org.). **O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

ANFOPE, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. XII Encontro Nacional da ANFOPE - **documento para subsidiar as discussões nos grupos de trabalho**, Brasília, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; LACERDA, Mitsi Pinheiro de. Possíveis significados da pesquisa na prática docente: ideias para fomentar o debate. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1229-1242, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão do conhecimento: da “produtividade” à humanização da formação. In: FERREIRA, Naura, S.C. (Org.). **A pesquisa na pós-graduação em educação: reflexões, avanços e desafios**. Curitiba: UTP, 2007.

GATTI, Bernadete, A.; BARRETO, Elba, S. S.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Políticas docentes o Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 74, p. 77-96, abr. 2001.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, n 125, v 35, p.81-109, 2005.

SANTOS, Lucíola L. C. P. de. Dilemas e perspectivas na relação entre ensino e pesquisa. In: ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 9.ed. São Paulo: Papirus, 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Uma nova política de formação continuada e valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual: documento-síntese**. Curitiba, Paraná: Superintendência da Educação, Coordenação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_roteiros/2013/documento_sintese_2014_incorporando_avaliacao.pdf>.

_____. Lei Complementar 130 de 14 de Julho de 2010. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná. **Diário Oficial** nº. 8266 de 20 de Julho de 2010. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/franciscobeltrao/arquivos/File/disciplinas/pde/lei130.pdf>>.

PARANÁ. **Documento Síntese PDE**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. SEED: Curitiba, 2014.